

EDP Transmissão Goiás S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	7	215.892	196.090
Disponibilidade de uso da rede elétrica	8	31.330	26.206
Tributos Compensáveis	9	5.037	2.106
Serviços em Curso		90	
Depósitos Judiciais e Cauções	13	9.614	
Almoxarifado Operacional	14	1.671	436
Despesas Pagas Antecipadamente	11	1.640	1.217
Outros Ativos Circulantes	16	7.680	12.413
Total do Ativo Circulante		272.954	238.468
Não circulante			
Depósitos Judiciais e Cauções	13	2.644	16.224
Investimentos		532	532
Propriedades para investimentos	17	52.487	53.552
Imobilizado	18.1	627.643	554.230
Intangível	18.2	13.115	9.217
Outros Ativos Não Circulantes	16	333	
Total do Ativo Não circulante		696.754	633.755
TOTAL DO ATIVO		969.708	872.223
PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			Reapresentado
Fornecedores	20	25.613	2.864
Empréstimos e Financiamentos	23	11.758	12.103
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	6.321	5.486
Benefícios pós-emprego	24	31	264
Tributos a Recolher	9	18.711	11.969
Provisão para Litígios	27	3.475	
Dividendos Declarados	22	61.169	35.246
Encargos Setoriais	26	7.151	4.537
Outros Passivos Circulantes	16	4.105	637
Total do Passivo Circulante		138.334	73.106
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	23	74.760	85.144
Benefícios pós-emprego	24	413	1.498
Provisão para Litígios	27	5.128	7.096
Encargos Setoriais	26	1.353	1.880
Tributos Diferidos	10	29.284	23.334
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		529	556
Outros Passivos Não Circulantes	16	5.066	6.712
Total do Passivo Não circulante		116.533	126.220
TOTAL DO PASSIVO		254.867	199.326
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	28.1	328.750	328.750
Outros Resultados Abrangentes	28.4	80.835	93.808
Reservas de Lucros	28.3	319.189	250.339
Prejuízos acumulados		(13.933)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		714.841	672.897
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		969.708	872.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações em Continuidade			
Receita			
Suprimento de energia elétrica			2.835
Energia Elétrica de Curto Prazo			365
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		282.882	258.241
		<u>282.882</u>	<u>261.441</u>
Tributos			
PIS		(4.668)	(4.310)
COFINS		(21.499)	(19.852)
		<u>(26.167)</u>	<u>(24.162)</u>
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.257)	(2.138)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(22.378)	(14.531)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(63)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(905)	(880)
Outros encargos		(5.647)	(3.030)
		<u>(31.187)</u>	<u>(20.642)</u>
Receita líquida	29	<u>225.528</u>	<u>216.637</u>
Custos não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda			(1)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição			(175)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>225.528</u>	<u>216.461</u>
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	30.1	(51.403)	(47.016)
Material		(1.915)	(3.243)
Serviços de terceiros	30.2	(14.861)	(12.760)
Arrendamentos e aluguéis		(1.249)	(383)
Seguros		(291)	(1.142)
Doações, contribuições e subvenções		(134)	
Provisões		(4.862)	(28)
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos		(105)	
(-) Recuperação de despesas		21	592
Tributos		(936)	(1.297)
Depreciação e amortização		(33.885)	(39.180)
Gastos diversos		(1.076)	(1.420)
Outras Receitas Operacionais	30.2	5.872	31.684
Outras Despesas Operacionais	30.2	(1.177)	(12.003)
Resultado da Atividade		<u>119.527</u>	<u>130.265</u>
Equivalência Patrimonial			6.525
Resultado financeiro	31	<u>13.358</u>	<u>(7.525)</u>
Receitas financeiras		24.071	9.198
Despesas financeiras		(10.713)	(16.723)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>132.885</u>	<u>129.265</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	32	(20.217)	(28.336)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		<u>112.668</u>	<u>100.929</u>
Operações Descontinuadas			
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício Resultante de Operações Descontinuadas	19		16.235
Resultado Líquido do Exercício		<u>112.668</u>	<u>117.164</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício	112.668	117.164
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	1.173	1.959
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego - IR/CS diferidos	66	
Resultado abrangente do exercício	<u>113.907</u>	<u>119.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO
 (Em milhares de reais)



	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	670.449	144.311	106.968	-	921.728
Aumento/redução de capital	(341.699)				(341.699)
Ajuste de Avaliação Patrimonial			(15.119)		(15.119)
Lucro líquido societário do exercício				148.403	148.403
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		7.420		(7.420)	-
Reserva de retenção de lucros		98.608		(98.608)	-
Dividendos propostos				(35.246)	(35.246)
Diferenças regulatórias no exercício				(7.129)	(7.129)
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1.959		1.959
Saldos em 31 de dezembro de 2021	328.750	250.339	93.808	-	672.897

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		328.750	250.339	93.808	-	672.897
Ajuste de Avaliação Patrimonial	28.4			(14.212)	14.212	-
Lucro líquido societário do exercício					185.716	185.716
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			7.040		(7.040)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(71.963)	(71.963)
Dividendo adicional proposto			61.810		(61.810)	-
Diferenças regulatórias no exercício					(73.048)	(73.048)
Outros resultados abrangentes	28.4					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				1.173		1.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos				66		66
Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.1.11	328.750	319.189	80.835	(13.933)	714.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		132.885	129.265
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(30.259)
Depreciações e amortizações		33.885	39.206
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			34.769
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos			114
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		9.284	16.342
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		(9)	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		137	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.081	(87)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(92)	
Resultado de participações societárias			(6.525)
(Ganhos) Perdas com investimentos		1.071	(201)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		261	14
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1.412)	
Tributos Compensáveis - atualização monetária		22	
Outros			11
		<u>180.113</u>	<u>182.649</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(5.124)	3.411
Outros tributos compensáveis		(4.001)	(14.210)
Estoques		(1.235)	1.660
Cauções e depósitos vinculados		(36)	(2.096)
Despesas pagas antecipadamente		(423)	
Outros ativos operacionais		4.217	15.593
		<u>(6.602)</u>	<u>4.358</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		16.952	(3.808)
Outros tributos a recolher		2.399	4.483
Benefícios pós-emprego		(282)	246
Obrigações Sociais e Trabalhistas		836	156
Encargos setoriais		1.919	(2.314)
Provisões		(509)	
Outros passivos operacionais		9.274	(272)
		<u>30.589</u>	<u>(1.509)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>204.100</u>	<u>185.498</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.612)	(29.616)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>184.488</u>	<u>155.882</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento		(7)	
Dividendos recebidos			3.886
Adiantamento para futuro aumento de capital			(110)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(111.972)	(50.807)
Alienação de bens e direitos			19.081
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento			
		<u>(111.979)</u>	<u>(27.950)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		3.349	
Redução de capital social líquido do custo de emissão			(11.084)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(35.246)	(39.340)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(10.748)	
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(9.958)	(25.535)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(104)	
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento			
	34.1	<u>(52.707)</u>	<u>(75.959)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>19.802</u>	<u>51.973</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		215.892	196.090
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		196.090	144.117
		<u>19.802</u>	<u>51.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada direta da Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina ou Controladora) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás, foi constituída em 26 de dezembro de 2005, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a exploração técnica e comercial de instalações de transmissão, que lhe foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos.

Em 14 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, venceu a licitação na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da EDP Transmissão Goiás S.A. ("EDP Goiás") pertencentes à Companhia Celg de Participações – CelgPar. Nos termos do edital, a liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, estão sujeitas a homologação do resultado do leilão pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e consumação do direito de preferência dos acionistas minoritários da CelgPar, que totalizam 0,1% de participação. As referidas aprovações e homologações ocorreram até 07 de fevereiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.).

Em Assembleia Geral ocorrida em 17 de março de 2022, foi aprovada a alteração da denominação social de CELG Transmissão S.A. para EDP Transmissão Goiás S.A.

A Companhia possui linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de transmissão.

2 Concessão

A transferência da concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia Energética de Goiás para a EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 643, de 25 de julho de 2006.

A Companhia detém junto à ANEEL as seguintes concessões de transmissão:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	nº Contrato
744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	063/2001(*)
11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	003/2015
0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	004/2016

(*) O contrato possui um marco regulatório específico conforme nota 2.1 e é regido pela lei 12.783/2013.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita do serviço de transmissão

O contrato de Concessão nº 063/2001, prorrogado nos termos da Lei 12.783/2013, a RAP da Companhia passou a ser de R\$258.044, sendo o valor de R\$34.118 referente ao Componente Financeiro e R\$52.694 referente ao Componente Econômico dos ativos de transmissão indenizados nos termos da Portaria MME 120/2016, R\$67.993 referente aos custos de Operação e Manutenção (Custos Operacionais) e R\$103.241 relativos aos novos empreendimentos de transmissão.

Já os contratos de Concessão nº 003/2015 e 004/2016 estabelecem que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$1.640 e R\$17.489, respectivamente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventuais ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica. Além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Nota 6.1), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$289.005 para os contratos de concessão 063/2001, 003/2015 e 004/2016.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 O setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre ele. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica, tem direito a utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Versão 2022) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumarizadas na nota 39.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 20 de abril de 2023.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 33.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável, que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às Demonstrações Contábeis Regulatórias, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 10); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 18); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 24); Provisão para Litígios (Nota 27); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 33.1.2).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as Demonstrações Contábeis Regulatórias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

4.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a ANEEL emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB, pelo CPC e ANEEL estão demonstrados a seguir:

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

A ANEEL não se manifestou quanto a aderência destas normas para a Contabilidade Regulatória.

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. Na data-base de 31 de dezembro de 2022, a ANEEL não se manifestou quanto a aderência destas normas para a Contabilidade Regulatória.

4.7.3 Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Em 18 de maio de 2021 foi aprovada a Resolução Normativa nº 933 referente a nova estrutura do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. A ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o novo MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022, e para efeito de comparabilidade das informações contábeis (Demonstrações Contábeis Regulatórias) do exercício de 2022 com aquelas do exercício de 2021, estas estão sendo apresentadas como reclassificadas considerando as disposições contidas no novo MCSE.

Algumas das principais alterações estão abaixo relacionadas:

(i) **Fornecedores:** A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu, anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira, passa a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia;

(ii) **Pessoal – Estagiários:** As contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de Pessoal.

(iii) **Imobilizado:** Abertura do grupo de contas para apuração dos Ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis;

(iv) **Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação no BMP, como:** (a) Abertura do grupo de Encargos Setoriais a Compensar para P&D e PEE; (b) Ativo e Passivo Financeiro Setoriais; (c) Contingências; (d) Imobilizado; (e) Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE.

5 Reapresentação do exercício anterior

A Companhia está reapresentando o Balanço Patrimonial originalmente autorizado em 27 de janeiro de 2022.

Conforme descrito na nota 1, em 07 de fevereiro de 2022 a Companhia foi adquirida pela EDP - Energias do Brasil, e após a combinação de negócio, no processo de revisão das práticas contábeis adotadas pela nova administração foi efetuada adoção do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/20.

Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva, de forma a ajustar o exercício de 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação com o exercício atual, como se estivessem corretos nas respectivas datas, sendo os ajustes registrados em Lucros ou Prejuízos acumulados, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os impactos estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2021		
	Publicado	Reapresentação para melhor apresentação	Reapresentado
ATIVO			
Circulante			
Total do Ativo Circulante	238.468	-	238.468
ATIVO			
Não circulante			
Imobilizado	554.230	-	554.230
Total do Ativo Não circulante	628.560	-	633.755
TOTAL DO ATIVO	867.028	-	872.223
PASSIVO			
Circulante			
Total do Passivo Circulante	73.106	-	73.106
Não circulante			
Outros passivos	1.517	(5.195)	6.712
Total do Passivo Não circulante	121.025	-	126.220
Patrimônio Líquido			
Total do patrimônio líquido	672.897	-	672.897
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	867.028	-	872.223

6 Eventos significativos no exercício

6.1 Reajuste tarifário

Em 12 de julho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.067, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual aplicado à Companhia a partir de 1º de julho de 2022, vide nota 38.2

6.2 Aquisição adicional de ações da Companhia

Em dezembro de 2022, a Controladora da Companhia adquiriu ações, sendo ao todo, 16.077 ações ordinárias. Dessa forma, a Controladora passou a deter 329.720.499 ações, que representam 99,9989% do capital social total da Companhia (Nota 28.1).

6.3 Medidas da ANEEL para regulação de transmissão de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 1.562 em 22 de setembro de 2022	O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Companhia.	A Portaria Normativa nº 1.562/22 entrou em vigor na data da publicação. (Nota 9)
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A Companhia precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entra em vigor em julho de 2023.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.141	2.728
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	214.751	193.362
	214.751	193.362
Total	215.892	196.090

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 92,00% a 102,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 33.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

8 Disponibilidade de uso da rede elétrica

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade de uso da rede elétrica	31.330	26.066
Outros créditos		140
	<u>31.330</u>	<u>26.206</u>

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 de R\$31.330 (R\$26.066 em 31 de dezembro de 2021), refere-se, substancialmente, ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. A variação no exercício decorre principalmente do aumento da receita da Companhia, dado o reajuste anual que ocorreu em julho de 2022, qual, além da aplicar a inflação definida pela ANEEL, também homologou dezessete novas funções de transmissão, para as quais as RAPs, cujo status em 2021 eram previstas, tornaram-se ativas e constituíram o direito ao recebimento pela Companhia (Nota 6.1).

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

9 Tributos Compensáveis e a Recolher

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2022
Ativo compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar		-			11.570	(11.570)	-
PIS e COFINS		-	709			(657)	52
IRRF sobre aplicações financeiras		-	2.732			2.040	4.772
IR/CS retidos sobre faturamento		-	248			(46)	202
Outros		2.106	312			(2.407)	11
Total Circulante		<u>2.106</u>	<u>4.001</u>	<u>-</u>	<u>11.570</u>	<u>(12.640)</u>	<u>5.037</u>
Passivo a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.492	14.209		(8.042)	(11.983)	1.676
ICMS		-	5.701		(4.801)		900
PIS e COFINS		1.988	27.340		(26.220)	(657)	2.451
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		146	1.831		(926)		1.051
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.1	-	10.794				10.794
Encargos com pessoal		2.292	12.745	22	(13.221)		1.838
Outros		51			(50)		1
Total Circulante		<u>11.969</u>	<u>72.620</u>	<u>22</u>	<u>(53.260)</u>	<u>(12.640)</u>	<u>18.711</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 20 de dezembro de 2022, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI as obras de reforços das subestações Xavantes (Ato declaratório executivo 122/2022) e Pirineus (Ato declaratório Executivo 123/2022). O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

9.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$10.794 foi relativo ao IRRF sobre JSOP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

10 Tributos diferidos

	Nota	Passivo	
		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	10.1	127.810	114.378
PIS e COFINS - Diferenças temporárias regulatórias	10.1	(125.863)	(92.984)
Imposto de renda e contribuição social	10.2	301.774	280.383
Imposto de renda e contribuição social - Diferenças temporárias regulatórias	10.3	(274.437)	(278.443)
Total		<u>29.284</u>	<u>23.334</u>

10.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e atualização monetária de depósitos judiciais, na Demonstração Contábil Societária, sob a alíquota de 9,25%. Como a receita de construção não é considerada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, o efeito do PIS e COFINS diferido é eliminado, apresentando apenas o saldo da atualização monetária dos depósitos judiciais.

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo		Passivo		Resultado		Patrimônio
	Não circulante		Não circulante				Líquido
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022
Diferenças Temporárias							
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	109	762			(653)	965	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.679	1.249			430	65	
Valor justo de terrenos para investimento			17.456	17.820	364	15.400	
Atualização dos ativos da concessão			330.597	281.361	(49.236)	(72.268)	
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	42.793	36.703			6.090	32.531	
Benefícios pós-emprego	66						66
Licenças ambientais	992	1.766			(774)	1.766	
Outras	915	1.545	275		(904)	(37)	
Total diferenças temporárias	46.554	42.025	348.328	299.181	(44.683)	(21.578)	66
Total bruto	46.554	42.025	348.328	299.181	(44.683)	(21.578)	66
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(46.554)	(42.025)	(46.554)	(42.025)			
Total	-	-	301.774	257.156			

Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	Total Não circulante
9.637	9.637	9.637	8.821	8.822	46.554

10.3 Imposto de renda e contribuição social - Diferenças temporárias regulatórias

Refere-se à Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota 34% incidentes sobre a diferença de resultado entre a contabilidade societária e regulatória, conforme demonstrado abaixo:

	Não circulante	Líquido (Ativo (-) Passivo)
	Passivo	Passivo
Saldo em 31/12/2021	(278.443)	(278.443)
Saldo em 31/12/2022	(274.437)	(274.437)
Varição no exercício	4.006	4.006

11 Despesas Pagas Antecipadamente

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de Seguros	930	638
Outros	710	579
Total	1.640	1.217

12 Partes relacionadas

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Não circulante	Operacionais	
			31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	2022	
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 8)							
Uso do sistema de transmissão							
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/12/2019 a 17/07/2025	181				1.465
EDP São Paulo	Controle Comum	23/12/2019 a 23/11/2028	289				1.924
Enerpeixe	Controle Comum	01/03/2006 a 30/11/2036	17				176
Lajeado	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	23				238
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033					3
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/11/2014 a 31/12/2048	7				73
São Manoel	Controle Comum	01/11/2017 a 30/04/2049	46				375
Porto do Pecém	Controle Comum	01/01/2013 a 31/07/2043	18				257
CEJA	Controle Comum	01/04/2013 a 31/12/2044	11				115
			592	-	-		4.626
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)							
Contrato de prestação de serviços (a)							
Porto do Pecém	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	117				117
Investco	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	553				553
CEJA	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348				348
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348				348
Enerpeixe	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	344				344
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	32				32
São Manoel	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	340				340
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	347				347
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	372				371
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	306				306
Mata Grande Transmissora	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	50				50
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47				48
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47				48
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47				48
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47				48
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	41				40
			3.386	-	-		3.388
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2026			9		(159)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/02/2022 a 31/12/2022			17		(22)
Compartilhamento de BackOffice (c)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2023		39			702
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2022		11			1.810
			-	50	26		2.331
			3.978	50	26		10.345

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Prestação de serviços

Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Trading.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 1º de junho de 2024.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação pela EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021, desde janeiro de 2022 estão excluídas tais empresas do compartilhamento, cujo critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anuído previamente pela ANEEL, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, conseqüentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à EDP - Energias do Brasil.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à EDP - Energias do Brasil.

12.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

12.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração	687	2.490
Benefícios	45	79
Total	732	2.569

13 Depósitos Judiciais e Cauções

	Nota	Saldo em					Saldo em 31/12/2022
		31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	
Depósitos judiciais		2.579	36	6		(2.065)	556
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	13.1	12.880	96	1.406	(3.445)		10.937
Outros cauções		765					765
Total		16.224	132	1.412	(3.445)	(2.065)	12.258
Circulante							9.614
Não Circulante							2.644
Total		16.224					12.258

13.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Refere-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo a 6 (seis) parcelas do serviço da dívida. Após análise da Companhia, foi realizado o resgate no montante de R\$2.065 do saldo excedente para ajuste na estimativa das próximas parcelas.

14 Almojarifado Operacional

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Material de almojarifado	1.950	385
Resíduos e sucatas	41	113
Outros		2.135
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(320)	(2.197)
Total	1.671	436

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços.

15 Despesas Pagas Antecipadamente

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de Seguros	930	638
Outros	710	579
Total	1.640	1.217

16 Outros Ativos e Passivos - Circulantes e Não Circulantes

	Nota	Circulante		Não Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		1.851	1.122		
Dispêndios a reembolsar		20	3		
Bens destinados à alienação	16.1	746	11.166		
Serviços prestados a terceiros		53	90		
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR		663			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	12	3.386		50	
Outros		961	32	283	
Total		7.680	12.413	333	-
Outras contas a pagar - Passivo					
Credores diversos - consumidores e concessionárias			13		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	12			26	
Licenças ambientais	16.2	916		2.003	5.195
Parcela de ajuste	16.3	1.295		2.420	
Outros		1.894	624	617	1.517
Total		4.105	637	5.066	6.712

16.1 Bens destinados à alienação

A redução refere-se, substancialmente, à baixa de materiais adquiridos para os projetos de reforço e melhoria da Companhia, sendo principalmente para o projeto em desenvolvimento de Cachoeira Dourada.

16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentos da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Adições (Nota 16.2.1)	Transferên- cias	AVP	Reversão (Nota 16.2.2)	Saldo em 31/12/2022
Circulante	-	962	5.195	(46)	(5.195)	916
Não circulante	5.195	2.503	(5.195)	(500)		2.003
Total	5.195	3.465	-	(546)	(5.195)	2.919

16.2.1 Adições

As adições de R\$3.465, referem-se à estimativa de gastos com programas ambientais que ocorreram no exercício de 2022.

16.2.2 Reversão

A reversão de R\$5.195 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais realizado pela Companhia.

16.3 Parcela de ajuste

O saldo total de R\$3.715 no Circulante e Não circulante, refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de Revisão Tarifária Anual - RTA ou Revisão Tarifária Periódica - RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 6.1).

17 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento foram ajustados ao valor justo de acordo com o CPC 28 - Propriedade para investimento, com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes após a aquisição da Companhia.

O valor justo dos terrenos foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

	Saldos em 31/12/2021	Baixas	Saldos em 31/12/2022
Terrenos	53.552	(1.065)	52.487
	53.552	(1.065)	52.487

• **Terrenos:** Referem-se, aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à Companhia, com anuência da CELGP. Os terrenos estão localizados no estado de Goiás.

18 Imobilizado e Intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação/amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado e intangível os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados às concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação/amortização é o valor depreciável/amortizável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação/amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação/amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A composição do imobilizado e intangível é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação e amortização (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	2,90%	656.022	(548.454)	107.568	522.608
Reavaliação	4,67%	403.359	(20.531)	382.828	-
Total Transmissão		<u>1.059.381</u>	<u>(568.985)</u>	<u>490.396</u>	<u>522.608</u>
Administração					
Custo Histórico	30,21%	11.441	(5.299)	6.142	1.588
Total Administração		<u>11.441</u>	<u>(5.299)</u>	<u>6.142</u>	<u>1.588</u>
Total em serviço		<u>1.070.822</u>	<u>(574.284)</u>	<u>496.538</u>	<u>524.196</u>
Em curso					
Transmissão		141.423	-	141.423	36.844
Administração		2.797	-	2.797	2.407
Total em curso		<u>144.220</u>	<u>-</u>	<u>144.220</u>	<u>39.251</u>
		<u>1.215.042</u>	<u>(574.284)</u>	<u>640.758</u>	<u>563.447</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1 Imobilizado

18.1.1 Composição e movimentação do Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)-(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Imobilizado em Serviço								
Transmissão								
Terrenos	2.426			2.426			2.426	2.426
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.186			70.186		(47.416)	22.770	29.300
Máquinas e equipamentos	937.500			937.500		(481.756)	455.744	483.097
Veículos	645			645		(400)	245	338
Móveis e utensílios	105		279	384	279	(71)	313	35
Outros	-		178	178	178	(55)	123	-
	1.010.862	-	457	1.011.319	457	(529.698)	481.621	515.196
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		514	514	514	(39)	475	-
Máquinas e equipamentos	4.119		4.834	8.953	4.834	(3.579)	5.374	1.181
Veículos	908			908		(835)	73	131
Móveis e utensílios	374			374		(200)	174	195
	5.401	-	5.348	10.749	5.348	(4.653)	6.096	1.507
Total Ativo Imobilizado em Serviço	1.016.263	-	5.805	1.022.068	5.805	(534.351)	487.717	516.703
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	9.730	43.036	(6.103)	46.663	36.933		46.663	9.730
Outros	27.073	60.496	4.610	92.179	65.106		92.179	27.073
	36.803	103.532	(1.493)	138.842	102.039	-	138.842	36.803
Administração								
Máquinas e equipamentos	150	5.170	(4.810)	510	360		510	150
Outros	574			574			574	574
	724	5.170	(4.810)	1.084	360	-	1.084	724
Total do Ativo Imobilizado em Curso	37.527	108.702	(6.303)	139.926	102.399	-	139.926	37.527
Total do Ativo Imobilizado	1.053.790	108.702	(498)	1.161.994	108.204	(534.351)	627.643	554.230

18.1.2 Adições - Ativo Imobilizado em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, está apresentada como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	48.206					48.206
Móveis e utensílios	1.361					1.361
A Ratear	4.474	31.282	3.671	227	349	40.003
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais					1	1
Material de Depósito	6.588					6.588
Adiantamentos a fornecedores		7.687				7.687
Outros		4.856				4.856
Total das Adições	60.629	43.825	3.671	227	350	108.702

18.1.3 Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Conductor do sistema	8,57%
Equipamento geral	5,37%
Estrutura do sistema	5,44%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	4,51%
Veículos	9,71%

18.2 Intangível

18.2.1 Composição e movimentação do Intangível

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão								
Servidão	7.146		50	7.196	50		7.196	7.146
Softwares	1.369			1.369		(1.291)	78	266
Outros	-		2.869	2.869	2.869	(1.368)	1.501	-
	8.515	-	2.919	11.434	2.919	(2.659)	8.775	7.412
Administração								
Softwares	682			682		(645)	37	72
Outros	9			9			9	9
	691	-	-	691	-	(645)	46	81
Total Ativo Intangível em Ativo Intangível em Curso	9.206	-	2.919	12.125	2.919	(3.304)	8.821	7.493
Transmissão								
Servidão	31		(31)	-	(31)		-	31
Softwares	10	2.540	31	2.581	2.571		2.581	10
	41	5.459	(2.919)	2.581	2.540	-	2.581	41
Administração								
Softwares	1.656			1.656			1.656	1.656
Outros intangíveis em curso	27	30		57	30		57	27
	1.683	30	-	1.713	30	-	1.713	1.683
Total Ativo Intangível em Curso	1.724	5.489	(2.919)	4.294	2.570	-	4.294	1.724
Total Intangível	10.930	5.489	-	16.419	5.489	(3.304)	13.115	9.217

18.2.2 Adições

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, está apresentada como segue:

Adições do Ativo Intangível em Curso	Serviços de Terceiros	Total
Softwares	2.540	2.540
Outros	2.949	2.949
Total das Adições	5.489	5.489

19 Operações Descontinuadas

Em 2021, a Administração anterior da Companhia aprovou os termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial seguida de Incorporação de Acervo Líquido Cindido com data-base de 31 de março de 2021, celebrado entre a EDP Goiás e a CELGP. A cisão parcial ocorreu efetivamente em 30 de setembro de 2021, e teve os seguintes aspectos:

- Cisão parcial da EDP Goiás, com versão do acervo líquido cindido para a CELGP, nos termos e condições descritos no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e conforme Laudo de Avaliação Contábil;
- A CELGP sucedeu a EDP Goiás em todos os seus direitos e obrigações relativos ao acervo líquido cindido do patrimônio da EDP Goiás que lhe foi vertido, conforme Art. 229, §1º, da Lei nº 6.404/1976;
- A eficácia da Cisão Parcial esteve sujeita à aprovação prévia da ANEEL ("Condição Suspensiva"); e

d) A Diretoria da EDP Goiás constatou a Condição Suspensiva e a eficácia da Cisão Parcial e convocou nova Assembleia Geral Extraordinária, objetivando promover a deliberação das seguintes matérias: alteração da Denominação Social de "Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT" para "Celg Transmissão S.A. – CELG T", atualmente denominada como EDP Goiás S.A.; e modificação do Estatuto Social, visando refletir os seguintes aspectos: a nova Denominação Social; a Redução do Capital Social; e o novo Objeto Social, compreendendo, exclusivamente, atividades de transmissão.

Dessa forma, as operações dos seguintes ativos e passivos foram descontinuadas e cindidos para a CELGPARG:

- a) As atividades de geração relacionadas à PCH São Domingos (Portaria MME nº 352/2013), PCH Rochedo (Contrato de Concessão nº 002/2016), CGH Mambai (Contrato de Concessão nº 062/2000), e, os estudos de inventários para construção de aproveitamentos hidrelétricos;
- b) As participações societárias permanentes nas seguintes investidas: Energética Corumbá III S.A., Energética Fazenda Velha S.A., Pantanal Transmissão S.A., Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., Lago Azul Transmissão S.A., Firminópolis Transmissão S.A., e Planalto Solar Park S.A.; e
- c) Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à EDP Goiás conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da CELGPARG.

19.1 Demonstração do Resultado

Os resultados das operações descontinuadas, que foram incluídos no resultado do exercício de 2021 são:

	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	5.866
Custos operacionais	(3.014)
Lucro operacional antes dos outros resultados	<u>2.852</u>
Outras resultados operacionais	(970)
Resultado de equivalência patrimonial	15.735
Resultado financeiro	239
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	17.856
Resultado financeiro	(1.621)
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	<u>16.235</u>

19.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Os fluxos de caixa das Operações Descontinuadas são os seguintes:

	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Pagamento a fornecedores	(1.378)
Pagamento de salários e encargos sociais	(2.395)
Pagamento de tributos e encargos setoriais	(691)
Outras despesas operacionais e administrativas	(26)
	<u>(4.490)</u>
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	<u>(4.490)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	3.886
Aquisição de ativo de contrato	(1.163)
Aquisição de imobilizado	(464)
Outros	2.725
	<u>4.984</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>4.984</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>494</u>

19.3 Balanço Patrimonial

Os ativos e passivos líquidos das operações descontinuadas reduziram o capital social e reservas de lucros da EDP Goiás, na forma de cisão parcial, após a anuência prévia da ANEEL, conforme discriminado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>
ATIVO	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6.598
Contas a receber	2.612
Estoques	44
Despesas antecipadas	40
Ativo de contrato	5.212
Outros ativos	1.722
	<u>16.228</u>
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Ativo de contrato	61.236
Outros ativos	10.632
Investimentos	286.722
Imobilizado	4.775
Intangível	8.381
	<u>371.746</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>387.974</u>
PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores	581
Tributos	2.129
Encargos setoriais	41
	<u>2.751</u>
Não Circulante	
	<u>22.149</u>
Patrimônio Líquido	
Capital social	341.699
Reservas de lucros	21.375
	<u>363.074</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>387.974</u>

20 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso da rede elétrica			19
Materiais e serviços	20.1	25.613	2.845
Total		25.613	2.864

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

20.1 Materiais e serviços

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$25.613 (R\$2.845 em 31 de dezembro de 2021) é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia, além da aquisição de ativos do contrato de COGT (Nota 12).

21 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	1.396	
Provisão férias	1.707	3.774
Provisão PLR	2.625	
Outros	593	1.712
Total	6.321	5.486

22 Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos

Foi aprovada em AGOE, realizada em 02 de fevereiro de 2022, a destinação do lucro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$148.403 da seguinte forma: (i) R\$7.420 como reserva legal; (ii) R\$35.346 como dividendos; e (iii) R\$105.737 como reserva de lucros. Os dividendos foram pagos ao acionista integralmente em janeiro de 2022.

JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2022, foi aprovada a constituição de JSCP relativo ao exercício de 2022, no montante de R\$71.963, sendo R\$61.169 líquido de imposto de renda. O pagamento do JSCP será realizado após deliberação da Administração.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2021		Pagamentos	Valor líquido em 31/12/2022	
		JSCP			
Passivo					
Acionistas não controladores	-	1		1	
CELGPAR	35.246		(35.246)	-	
Santa Leopoldina	-	61.168		61.168	
	35.246	61.169	(35.246)	61.169	

23 Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos e aluguéis

23.1 Composição do saldo de Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos e aluguéis

Os empréstimos e debêntures são demonstrados pelo valor líquido pelos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instituição / Credor	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Ppto. Juros	Frequência Ppto. Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Finalidade	
																2024	2025	2026	2027	2028 +	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																							
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.554	379	4.853	33.037	38.269	Sim	26/09/2018	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 4,225% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6K do Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 004/2016, localizadas no imóvel de terceiros conforme Contrato de Compartilhamento de Instalações CCI N°001/2016 - SMTE 2016 assinado entre Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. e Celg Geração e Transmissão S/A, situada no município de Luziânia, no Estado de Goiás.							
(-) Custo de transação		(45)	(323)	(368)		26/09/2018											(45)	(45)	(45)	(45)	(143)	(323)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.556	32	411	2.808	3.251	Sim	26/09/2018	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 5,163% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º transformador 230/69kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel situado na BR 153 (sentido Itumbiara-Goiânia), Perímetro Urbano, matrícula 11.392, situada no município de Itumbiara, Estado de Goiás.							
(-) Custo de transação		(7)	(50)	(57)		26/09/2018											(7)	(7)	(7)	(7)	(22)	(50)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.555	53	674	4.607	5.334	Sim	26/09/2018	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 5,163% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	O crédito deferido destina-se à instalação do 4º banco de transformadores 230/138kV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Caraiabas, matrícula 11.999, situada no município de Goiânia, Estado de Goiás.							
(-) Custo de transação		(10)	(73)	(83)		26/09/2018											(10)	(10)	(10)	(10)	(33)	(73)	

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição / Credor	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total	Finalidade
																2024	2025	2026	2027	2028 +		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.557	56	720	4.922	5.698	Sim	26/09/2018	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 4,225% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	720	720	720	720	2.042	4.922	O crédito deferido destina-se à instalação do 2º banco de transformadores 230/138kV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda São Domingos, matrícula nº 2.001, nº2.101 e nº 2.617 de propriedade da CELG Distribuição S.A., situada no município de Firminópolis, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação		(9)	(68)	(77)		26/09/2018										(9)	(9)	(9)	(9)	(32)	(68)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.561	57	731	4.993	5.781	Sim	28/09/2018	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 5,163% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	731	731	731	731	2.069	4.993	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6-F do Edital do Leilão nº 04/2014-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 003/2015, localizadas numa área de terra situada numa faixa de 40 m de largura, com aproximadamente 11Km de extensão, com origem na Subestação Itumbiara e término na Subestação Paranaíba, no Estado de Goiás.
(-) Custo de transação		(10)	(69)	(79)		28/09/2018										(10)	(10)	(10)	(10)	(29)	(69)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.670	48	571	4.190	4.809	Sim	28/03/2019	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 4,694% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/04/2031	Mensal	SAC	571	571	571	571	1.906	4.190	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Camarão lugar Córrego Areira, matrícula nº 2.413 e imóvel de matrícula 23.485, situada no município de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação		(7)	(55)	(62)		28/03/2019										(7)	(7)	(7)	(7)	(27)	(55)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.669	100	1.201	8.805	10.106	Sim	28/03/2019	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 4,694% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/04/2031	Mensal	SAC	1.201	1.201	1.201	1.201	4.001	8.805	O crédito deferido destina-se à instalação do 2 Bancos de Autotransformadores 230/138/13,8kV (6x75 MVA) e conexões, em substituição aos atuais, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio, matrícula nº 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação		(15)	(115)	(130)		28/03/2019										(15)	(15)	(15)	(15)	(55)	(115)	

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição / Credor	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total	Finalidade
																2024	2025	2026	2027	2028 +		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.682	53	633	4.636	5.322	Sim	15/05/2019	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 4,454% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/05/2031	Mensal	SAC	633	633	633	633	2.104	4.636	O crédito deferido destina-se à instalação de Transformador Trifásico 230/69/13,8 kV - 50 MVA, ativação do transformador reserva e conexões, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Córrego Fundo, matrícula nº 1.026, situada no município de Morrinhos, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação		(8)	(60)	(68)		15/05/2019										(8)	(8)	(8)	(8)	(28)	(60)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.785	82	993	7.227	8.302	Sim	27/06/2019	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	IPCA	IPCA + 4,356% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/07/2031	Mensal	SAC	1.075	1.075	1.075	1.075	2.927	7.227	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8 kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio - José Fidelis, matrícula 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação		(14)	(109)	(123)		27/06/2019										(14)	(14)	(14)	(14)	(53)	(109)	
Total	860	10.662	74.303	85.825												10.744	10.744	10.744	10.744	31.327	74.303	
Arrendamentos e aluguéis																						
Edifícios		75	380	455	Sim		não há	não há				31/01/2023	01/02/2033	Mensal		12	67	60	54	187	380	
Equipamentos de informática		161	77	238	Sim		não há	não há				31/01/2023	21/03/2024	Mensal		25	52				77	
		-	236	457												37	119	60	54	187	457	
		860	10.898	74.760												10.781	10.863	10.804	10.798	31.514	74.760	

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$86.872 em 31 de dezembro de 2022.

23.2 Movimentação dos empréstimos

	Valor líquido em 31/12/2021		Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
		Pagamentos				
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	10.804	(10.748)		10.743		10.799
Juros	1.425	(9.958)	9.393			860
Custo de transação	(126)			(94)	95	(125)
	<u>12.103</u>	<u>(20.706)</u>	<u>9.393</u>	<u>10.649</u>	<u>95</u>	<u>11.534</u>
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	86.160			(10.743)		75.417
Custo de transação	(1.016)			94		(922)
	<u>85.144</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.649)</u>	<u>-</u>	<u>74.495</u>

23.3 Arrendamento e Aluguéis

	Saldo em 31/12/2021	Adições (Nota 23.3.1)	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
	Circulante					
Edifícios	-	75	(60)	60		75
Equipamentos de informática	-	90	(44)	115		161
	-	<u>165</u>	<u>(104)</u>	<u>175</u>	-	<u>236</u>
Não circulante						
Edifícios	-	440		(60)		380
Equipamentos de informática	-	201		(115)	(9)	77
	-	<u>641</u>	<u>-</u>	<u>(175)</u>	<u>(9)</u>	<u>457</u>
Total	-	<u>806</u>	<u>(104)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>693</u>

23.3.1 Adições

O valor de ingressos refere-se principalmente ao rateio do contrato de arrendamento da Sede administrativa da controladora indireta da Companhia em São Paulo e a locação de equipamentos de informática para a sede da Companhia em Goiás.

24 Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição definida	31	264	413	1.498
	<u>31</u>	<u>264</u>	<u>413</u>	<u>1.498</u>

24.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

24.1.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra01 – Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

24.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário.

24.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das	Valor justo dos ativos do	Ativo reconhecido
Custo do serviço corrente	(9)		(9)
Custo dos juros	(788)	660	(128)
Ganhos/(perdas) atuariais	(2.229)	3.402	1.173
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062	1.036

As contribuições da Companhia esperadas neste plano para o exercício de 2023 é de R\$19.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$126 (R\$1.364 em 31 de dezembro de 2021).

24.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	CELGPREV	ELETRA 01
Circulante		
2023	747	123
	747	123
Não circulante		
2024	769	127
2025	796	131
2026	823	135
2027	851	139
2028 a 2032	4.662	751
	7.901	1.283
Total	8.648	1.406

24.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2022	2021
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		9	55
Custo dos juros	31	128	216
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		137	271
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(3.403)	(128)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		2.427	577
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(197)	(2.408)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(1.173)	(1.959)
Total		(1.036)	(1.688)

24.1.1.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2022
Participantes ativos	31
Participantes assistidos	
Aposentados e pensionistas	13
	13
Total	44

24.1.1.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Obrigações dos planos			
	2022		2021	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Pressupostos centrais	9.627	1.636	7.159	2.130
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	9.127	1.551	6.931	2.067
Redução em 0,5%	10.025	1.698	7.314	2.168
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	9.730	1.658	7.232	2.156

24.1.1.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2022		2021	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Taxa de desconto - nominal	9,86%	8,89%	8,89%	8,89%
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000 M, suavizada em 10%	AT-2000 M, suavizada em 10%	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	MI 85	MI 85	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	TASA 1927, suavizada em 50%	TASA 1927, suavizada em 50%	n/a

24.1.2 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$829 (R\$1.537 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 45 colaboradores (138 em 31 de dezembro de 2021).

25 Dívida Líquida

25.1 Endividamento

LINHA CREDORA	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Saldo Total	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total
					2024	2025	2026	2027	2028+	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	860	10.662	74.303	84.965	10.744	10.744	10.744	10.744	31.327	74.303
Arrendamentos e aluguéis		236	457	693	37	119	60	54	187	457
	860	10.898	74.760	85.658	10.781	10.863	10.804	10.798	31.514	74.760
Dívidas com Fundo de Pensão										
Outros Benefícios Pós-Emprego		31	413	444					413	413
Total por dívida										
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	860	10.662	74.303	85.825	10.744	10.744	10.744	10.744	31.327	74.303
Arrendamentos e aluguéis		236	457	693	37	119	60	54	187	457
Benefício Pós-emprego		31	413	444					413	413
	860	10.929	75.173	86.962	10.781	10.863	10.804	10.798	31.927	75.173

25.2 Ativos Financeiros

	Nota	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	7	215.892	215.892
Total		215.892	215.892

25.3 Dívida Líquida

	Nota	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	
					31/12/2022	31/12/2021
Dívida Bruta						
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	23	860	10.662	74.303	85.825	97.247
Arrendamentos e aluguéis			236	457	693	-
Benefício Pós-emprego			31	413	444	-
		860	10.929	75.173	86.962	97.247
Ativos Financeiros						
Alta Liquidez	7		(215.892)		(215.892)	(196.090)
		-	(215.892)	-	(215.892)	(196.090)
Dívida Líquida		860	(204.963)	75.173	(128.930)	(98.843)

26 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualizações monetária	Pagamentos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	26.1	3.894	22.378		(20.942)		5.330
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)		24			(24)		-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	26.2	2.130	2.257	261	(1.556)		3.092
Outros encargos		369	6.552		(6.746)	(93)	82
Total Circulante		6.417	31.187	261	(29.268)	(93)	8.504
Circulante		4.537					7.151
Não circulante		1.880					1.353

26.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuados pela ANEEL.

26.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

27 Provisão para Litígios

	Nota	Passivo		
		Circulante	Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias	27.1.1	3.475	5.128	7.096
Total		3.475	5.128	7.096

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

27.1 Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das Demonstrações Contábeis Regulatórias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

27.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	2.937	4.250	(2.363)	(615)	490	4.699
Cíveis	102			(34)	17	85
Fiscais	825			(406)	(75)	344
Regulatórias	3.232		(211)		454	3.475
Total	7.096	4.250	(2.574)	(1.055)	886	8.603
Circulante	-					3.475
Não circulante	7.096					5.128

27.1.1.1 Fiscais

Processos administrativos, os quais tratam de créditos não homologados pela Receita Federal, decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2016). Em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$348. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

27.1.1.2 Regulatórias

Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cível, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo		
	Depósito judicial		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Trabalhistas	4.755	230	6
Cíveis	8.000	521	
Fiscais	917		
Total	13.672	751	6

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

27.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

27.2.2 Cíveis

• Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações LTDA., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela Companhia. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 4.253.

• Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.724.

27.2.3 Fiscais

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2022 é de R\$917. A Companhia apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

27.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cíveis e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$85.

28 Patrimônio líquido

28.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$328.750 (R\$328.750 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito e integralizado, representado por 329.725.474 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Qtde. de ações	de participação	Qtde. de ações	de participação
Santa Leopoldina	329.721.899	99,9989%		
Companhia Celg de Participações - CELPAR			329.704.422	99,9936%
Outros	3.575	0,0011%	21.052	0,0064%
Total	329.725.474	100,00%	329.725.474	100,00%

28.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro societário a ser destinado			
Lucro líquido societário apurado no exercício		185.716	109.846
Ajuste de exercícios anteriores		(44.903)	(6.346)
Lucro líquido ajustado		140.813	103.500
Constituição da reserva legal - 5%	28.3	(7.040)	(7.420)
		178.676	96.080
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	22	71.963	
Dividendos complementares obrigatórios	22		35.246
Reserva de lucros			105.737
Dividendo adicional proposto		61.810	
		71.963	140.983

28.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	28.2	46.724	39.684
Retenção de lucros	28.3.1	734.753	734.753
Dividendo adicional proposto		61.810	35.246
		843.287	809.683

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

28.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos e Ajuste de Avaliação Patrimonial dos ativo já remunerados.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Ganhos	Reavaliação	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2022
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(1.365)	1.173			(192)
Diferença entre VNR (-) VOC	95.173		(14.212)		80.961
IR/CS Diferido s/ Reavaliação de Elementos do ativo	-			66	66
	<u>93.808</u>	<u>1.173</u>	<u>(14.212)</u>	<u>66</u>	<u>80.835</u>

29 Receita líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A composição da Receita Líquida é formada pelos seguintes valores:

• Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado

Refere-se ao faturamento da Receita Anual Permitida (RAP) aos usuários da rede básica e de Contratos de Conexão da Transmissão (CCT).

	R\$	
	2022	2021
Suprimento - Faturado		2.835
Energia de curto prazo		365
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	282.882	258.241
Receita operacional bruta	<u>282.882</u>	<u>261.441</u>
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(26.167)	(24.162)
ISS		
	<u>(26.167)</u>	<u>(24.162)</u>
Encargos do consumidor		
P&D	(2.257)	(2.138)
CDE	(22.378)	(14.531)
Outros encargos	(6.552)	(3.973)
	<u>(31.187)</u>	<u>(20.642)</u>
Receita	<u>225.528</u>	<u>216.637</u>

29.1 Outras receitas operacionais

O montante, refere-se, substancialmente, dos serviços de Operação Remota através do COG, o qual foi anuído a compra através do Despacho 3.588 de 15 de dezembro de 2022 entre a Companhia e a parte relacionada EDP Tranding Comercialização e Serviços de Energia S.A (Nota 12).

30 Custos não gerenciáveis e gerenciáveis

Os Custos gerenciáveis e não gerenciáveis são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. São apresentados na Demonstração de resultados por natureza de gastos, conforme requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

30.1 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	19.881	27.225
Encargos	6.871	9.262
Previdência privada - Corrente	867	1.401
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		216
Programa de demissão voluntária	7.864	
Despesas rescisórias	7.544	
Participação no Lucros e Resultados - PLR	2.709	
Outros benefícios - Corrente	4.135	6.271
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	3	
Outros	144	72
	<u>50.018</u>	<u>44.447</u>
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.233	2.490
Benefícios dos administradores	152	79
	<u>1.385</u>	<u>2.569</u>
	<u>51.403</u>	<u>47.016</u>

30.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	3.159	5.041
Serviços de manutenção	4.360	6.960
Serviços de limpeza e vigilância	3.597	5.742
Serviços ambientais	639	1.020
Serviços de informática	1.667	2.661
Serviços de publicação e publicidade	1	2
Serviços de telecomunicações	609	972
Serviços de transporte	766	1.223
Serviços Compartilhados	(723)	(1.154)
Outros	786	1.256
	<u>14.861</u>	<u>23.723</u>

31 Resultado Financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		24.961	7.578
Depósitos judiciais	13	6	
Outros juros e variações monetárias			957
Variações em moeda estrangeira			72
Ajustes a valor presente			179
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.218)	(510)
Outras receitas financeiras		<u>322</u>	<u>922</u>
		<u>24.071</u>	<u>9.198</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	23.2	(9.284)	(16.342)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos		(22)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	27.1.1	(886)	
Benefícios pós-emprego	24	(128)	
Arrendamentos e alugueis	23.3	9	
Outros juros e variações monetárias			(364)
Outras despesas financeiras		<u>(402)</u>	<u>(17)</u>
		<u>(10.713)</u>	<u>(16.723)</u>
		<u>13.358</u>	<u>(7.525)</u>

32 Despesa com Impostos sobre o Lucro e Reconciliação entre as taxas efetivas e nominais dos tributos sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	132.885	129.265
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(45.181)</u>	<u>(43.950)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(47)	(41)
Juros sobre o capital próprio	24.466	22
Outras	(168)	892
Outros		
Outras	24	24
Diferença regulatória X societária	689	14.717
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(20.217)</u>	<u>(28.336)</u>
Alíquota efetiva	15,21%	21,92%

33 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

33.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

33.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	7				
Aplicações financeiras					
				214.751	193.362
Mantidos até o vencimento					
Cauções e depósitos vinculados				12.258	3.344
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	7				
Bancos conta movimento				1.141	2.728
Disponibilidade de uso da rede elétrica	8			31.330	26.206
Outros créditos - Partes relacionadas	16			3.436	
				<u>262.916</u>	<u>225.640</u>
Passivos financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores	20			25.613	2.864
Debêntures	23			85.809	97.247
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	16			26	26
Arrendamentos e aluguéis	23.3			1.290	693
Licenças ambientais	16.2			3.143	2.919
				<u>115.881</u>	<u>100.111</u>
				<u>262.916</u>	<u>225.640</u>

33.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamento e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

33.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

33.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 23, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

33.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
			Até 1 ano	2 a 5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	214.751	26.866		26.866	6.914	13.916	(6.831)	(13.583)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	10.937	1.295	769	2.064	6.914	13.916	(6.831)	(13.583)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	225.688	28.161	769	28.930	13.828	27.832	(13.662)	(27.166)
		225.688	28.161	769	-	28.930	13.828	(13.662)	(27.166)
Operação	Risco								
Empréstimos e financiamentos	IPCA	86.872	(8.126)	(18.889)	(4.742)	(4.629)	(9.488)	4.411	8.615
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	86.872	(8.126)	(18.889)	(4.742)	-	(4.629)	(9.488)	4.411
		86.872	(8.126)	(18.889)	(4.742)	-	(4.629)	(9.488)	4.411

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a. e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

33.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 23.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) e Imobilizado e Intangível (Nota 18). A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	21.017	4.221	375			25.613	2.864
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				26		26	-
Empréstimos e financiamentos	1.755	2.685	7.082	53.074	21.229	85.825	97.247
Arrendamentos e aluguéis	21	63	152	303	154	693	-
Licenças ambientais	182	314	420	2.003		2.919	-
	<u>22.975</u>	<u>7.283</u>	<u>8.029</u>	<u>55.406</u>	<u>21.383</u>	<u>115.076</u>	<u>100.111</u>

33.2.1 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

33.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

33.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

33.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

33.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 36).

34 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

34.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2022				
		Efeito não caixa				
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2022	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	13	12.880	(3.349)	1.406	10.937	
		12.880	(3.349)	-	10.937	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	22	35.246	(35.246)	61.169	61.169	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23	97.247	(20.706)	9.488	85.825	
Arrendamentos e aluguéis	23	-	(104)	806	693	
Capital social	28.1	328.750	-	-	328.750	
		461.243	(56.056)	71.463	476.437	
Movimento relativo às atividades de financiamento		448.363	(52.707)	1.619	465.500	

		2021				
		Efeito não caixa				
Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2021	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	22	39.340	(39.340)	35.246	35.246	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23	106.440	(25.535)	126	97.247	
Capital social	28.1	670.449	(11.084)	(330.615)	328.750	
Movimento relativo às atividades de financiamento		816.229	(75.959)	16.216	461.243	

34.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	61.169	35.246
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	2.919	-
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	806	-
Provisão de fornecedores no imobilizado e intangível	25.613	-
Total	90.507	35.246

35 Compromissos contratuais e Garantias

35.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022				
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	126	157	-	-	283
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	166	245	193	-	604
Materiais e serviços	104.123	22.649	4.857	2.477	134.106
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	8.126	10.061	6.117	3.220	27.524
	112.541	33.112	11.167	5.697	162.517

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2021				
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	122	167	-	-	289
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	160	263	238	-	661
Materiais e serviços	100.523	24.187	5.883	4.299	134.892
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	7.927	13.181	9.602	5.960	36.670
	108.732	37.798	15.723	10.259	172.512

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



36 Garantias

36.1 Seguro garantia

O montante de seguro garantia em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.557, tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão.

Os valores em garantia referente as Empréstimos e Financiamentos (Nota 23), estão demonstrados em sua respectiva nota.

37 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo das Demonstrações Contábeis Regulatórias e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	380.035	100.000
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (veículos)		360.000
Seguro de vida	24.824	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

38 Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário Anual

38.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, em intervalos periódicos de 5 anos contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP da transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- (i) da base de remuneração regulatória para as novas instalações componentes da rede básica (RBNI);
- (ii) dos custos operacionais eficientes;
- (iii) da estrutura adequada de capital e definição da remuneração das transmissoras; e
- (iv) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário.

38.1.1 Parcela Variável – PV e adicional à RAP

A Resolução Normativa ANEEL nº 729, de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP.

A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras devido à indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Serão reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

38.2 Reajuste Tarifário Anual

Em conformidade com o contrato de concessão, anualmente na data-base de 15 de julho, ocorre o Reajuste Tarifário Anual da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de incluir a variação da inflação no período.

O reajuste tarifário anual compreende à correção da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e considera também eventuais acréscimos ou reduções devidos à Parcela de Ajuste - PA.

A PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

Conforme mencionado na nota 6.1, em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 11,73% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1. Nesta mesma REH, foram incorporados os efeitos de incremento e ajustes de RAP previstos no Despacho – DSP nº 1.425, que decidiu sobre os pedidos de reconsideração interpostos pela Companhia, em face da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, que aprovou a RAP do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

39 Conciliação entre as Demonstrações Contábeis Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

39.1 Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo circulante					Reapresentado		
Caixa e equivalentes de caixa		215.892		215.892	196.090		196.090
Disponibilidade de uso da rede elétrica	39.1.1	30.687	643	31.330	26.206		26.206
Serviços em Curso	39.1.2		90	90			
Tributos Compensáveis		5.037		5.037	2.106		2.106
Depósitos Judiciais e Cauções		9.614		9.614			
Almoxarifado Operacional		1.671		1.671	436		436
Despesas Pagas Antecipadamente		1.640		1.640	1.217		1.217
Ativos da concessão	39.1.3	206.919	(206.919)		156.881	(156.881)	
Outros Ativos Circulantes	39.1.2	7.770	(90)	7.680	12.413		12.413
		<u>479.230</u>	<u>(206.276)</u>	<u>272.954</u>	<u>395.349</u>	<u>(156.881)</u>	<u>238.468</u>
Ativo não circulante							
Depósitos Judiciais e Cauções		2.644		2.644	16.224		16.224
Ativos da concessão	39.1.3	1.283.954	(1.283.954)		1.129.554	(1.129.554)	
Outros Ativos Não Circulantes		333		333			
Investimentos		532		532	532		532
Propriedades para investimentos		52.487		52.487	53.552		53.552
Imobilizado	39.1.3 e 39.1.9	7.457	620.186	627.643	2.231	551.999	554.230
Intangível	39.1.3 e 39.1.9	1.759	11.356	13.115	1.764	7.453	9.217
		<u>1.349.166</u>	<u>(652.412)</u>	<u>696.754</u>	<u>1.203.857</u>	<u>(570.102)</u>	<u>633.755</u>
Total do ativo		<u>1.828.396</u>	<u>(858.688)</u>	<u>969.708</u>	<u>1.599.206</u>	<u>(726.983)</u>	<u>872.223</u>
Passivo							
Passivo circulante					Reapresentado		
Fornecedores		25.613		25.613	2.864		2.864
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	39.1.4	11.522	236	11.758	12.103		12.103
Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.1.5	6.361	(40)	6.321	5.486		5.486
Benefícios Pós-Emprego		31		31	264		264
Tributos a Recolher	39.1.5 e 39.2.7	18.327	384	18.711	11.969		11.969
Provisão para Litígios	39.1.7	4.391	(916)	3.475			
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		61.169		61.169	35.246		35.246
Encargos Setoriais		7.151		7.151	4.537		4.537
Outros Passivos Circulantes	39.1.4, 39.1.5 e 39.1.7	5.616	(1.511)	4.105	637		637
		<u>140.181</u>	<u>(1.847)</u>	<u>138.334</u>	<u>73.106</u>	<u>-</u>	<u>73.106</u>
Passivo não circulante							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	39.1.4	74.303	457	74.760	85.144		85.144
Benefícios Pós-Emprego		413		413	1.498		1.498
Provisão para Litígios	39.1.7	7.131	(2.003)	5.128	12.291	(5.195)	7.096
Encargos Setoriais		1.353		1.353	1.880		1.880
Tributos Diferidos	39.1.6	429.584	(400.300)	29.284	366.851	(343.517)	23.334
Obrigações Especiais	39.1.9		529	529		556	556
Outros Passivos Não Circulantes	39.1.4 e 39.1.7	3.520	1.546	5.066	1.517	5.195	6.712
		<u>516.304</u>	<u>(399.771)</u>	<u>116.533</u>	<u>469.181</u>	<u>(342.961)</u>	<u>126.220</u>
Total do passivo		<u>656.485</u>	<u>(401.618)</u>	<u>254.867</u>	<u>542.287</u>	<u>(342.961)</u>	<u>199.326</u>
Patrimônio líquido							
Capital Social		328.750		328.750	328.750		328.750
Outros Resultados Abrangentes	39.1.8	(126)	80.961	80.835	(1.365)	95.173	93.808
Reservas de Lucros	39.1.10	843.287	(524.098)	319.189	774.437	(524.098)	250.339
Prejuízos Acumulados	39.1.11		(13.933)	(13.933)	(44.903)		(44.903)
		<u>1.171.911</u>	<u>(457.070)</u>	<u>714.841</u>	<u>1.056.919</u>	<u>(384.022)</u>	<u>672.897</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.171.911</u>	<u>(457.070)</u>	<u>714.841</u>	<u>1.056.919</u>	<u>(384.022)</u>	<u>672.897</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.828.396</u>	<u>(858.688)</u>	<u>969.708</u>	<u>1.599.206</u>	<u>(726.983)</u>	<u>872.223</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações das práticas contábeis divergentes:

39.1.1 Disponibilidade de uso da rede elétrica

Os ajustes apresentados refere-se ao Aviso de Débito complementar referente aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST associados aos três anos subsequentes à data de rescisão do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST nº 85 ao 94 e 100 ao 114 de 2021, referente às usuárias da Geradora de Energia Quinturaré LTDA., conforme disposto nos parágrafos 6º e 7º do art. 5º da Resolução Normativa ANEEL nº 666/2015, que no âmbito societário ficou registrado em conta de encargos de uso da rede elétrica sem expectativa, dado a previsão recebimento.

39.1.2 Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Serviços em curso e Encargos Setoriais

• Serviços em curso: No âmbito societário, as obrigações de P&D e PEE são apresentadas líquidas dos respectivos serviços em curso referente a esses programas, em atendimento a compensação de ativos e passivos requeridos pelo CPC 26, enquanto que, no âmbito regulatório, os gastos efetuados somente são transferidos dos serviços em curso em contrapartida às obrigações de P&D e PEE registradas como Encargos Setoriais quando do encerramento dos projetos, conforme Resoluções Normativas ANEEL nºs 504/12 e 556/13, respectivamente.

39.1.3 Ativos da concessão, Imobilizado e Intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um Ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

• Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

• Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

39.1.4 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Outros Passivos Circulantes e Outros Passivos Não circulantes

Os Arrendamentos CPC 06 (R2) no âmbito societário estão alocados no grupo de Outros Passivos Circulantes e Outros Passivos Não circulantes, já no regulatório estão sendo apresentados no grupo de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, ocasionando o ajuste apresentado nas rubricas.

39.1.5 Obrigações Sociais e Trabalhistas, Tributos a Recolher e Outros passivos circulantes

No âmbito regulatório, as rubricas de INSS e FGTS sobre a folha de pagamento estão sendo apresentados na rubrica de Tributos, enquanto que no âmbito societário o valor é apresentado em conjunto com as demais rubricas de encargos sociais e trabalhistas. Já a rubrica de Folha de pagamento líquida no âmbito societário está sendo apresentada na rubrica de Outros passivos circulantes por ser considerado como outros valores a pagar, enquanto que no âmbito regulatório são consideradas como Obrigações sociais e trabalhistas.

39.1.6 Tributos Diferidos

O ajuste é decorrente de PIS e COFINS sobre a Receita de Construção e sobre os Ativos da Concessão (Notas 39.2.4 e 39.2.5).

39.1.7 Provisões para Litígios

O ajuste é decorrente dos custos associados à manutenção por meio das licenças ambientais (Nota 16.2).

39.1.8 Reavaliação compulsória

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. Todavia, a reavaliação foi estabelecida pela ANEEL de forma compulsória. Assim, os ajustes são decorrentes da reavaliação compulsória a ser realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social, quando aplicáveis.

39.1.9 Imobilizado, Intangível, obrigações especiais, depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da depreciação/amortização não ter efeito no resultado societário, visto que para os contratos de concessão qualificados para aplicação das normas citadas, a infraestrutura implementada, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado/intangível, assim como as obrigações especiais, do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação de serviços em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

39.1.10 Proventos excedentes da contabilidade societária

Os ajustes são decorrentes da destinação do resultado do exercício que tem como base a contabilidade societária. Mesmo que a Companhia tenha prejuízo na contabilidade regulatória poderá distribuir dividendos e destinar resultado para as reservas, caso tenha lucro na contabilidade societária.

39.1.11 Patrimônio líquido

• Prejuízos acumulados: No âmbito societário refere-se a atualização dos Ativos da concessão quando do aplicação da ICPC 01 (R1) e seus respectivos efeitos tributários, não considerados na contabilidade regulatória.

	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado
Patrimônio Líquido societário	1.171.911	1.056.919
Efeito dos ajustes referentes a exercícios anteriores (*)		(568.732)
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária x regulatória no PL	(383.983)	
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária x regulatória		
Receita financeira de contrato	(172.837)	(167.489)
Receita de operação e manutenção do contrato	(120.816)	(19.838)
Receita de construção do contrato	(108.231)	88.215
RAG/RAP	201.181	261.076
PIS/COFINS diferidos	18.535	1.338
Custo de construção do contrato	107.259	(1)
Depreciação e amortização (diferenças de práticas contábeis)	(36.853)	(33.146)
Tributos sobre o lucro (diferenças de práticas contábeis)	38.675	17.222
	<u>(73.087)</u>	<u>147.377</u>
Patrimônio líquido regulatório	<u>714.841</u>	<u>635.564</u>

(*) Os montantes classificados como efeito dos ajustes referente a exercícios anteriores em 2021 referem-se à composição acumulada de diferença entre societário e regulatório das reservas e dos resultados abrangentes.

39.2 Demonstrações de Resultados

	Nota	2022			2021		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário Reapresentado	Ajustes	Regulatório
Operações em continuidade							
Receita							
Suprimento de energia elétrica	39.2.1					2.835	2.835
Energia Elétrica de Curto Prazo					365		365
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	39.2.2		282.882	282.882		258.241	258.241
Outras receitas	39.2.3	81.701	(81.701)				
Receita de construção	39.2.4	120.816	(120.816)		19.838	(19.838)	
Remuneração dos Ativos da concessão	39.2.5	172.837	(172.837)		167.489	(167.489)	
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	39.2.6	108.231	(108.231)		88.215	(88.215)	
Tributos							
PIS	39.2.7	(7.974)	3.306	(4.668)	(3.532)	(778)	(4.310)
COFINS	39.2.7	(36.728)	15.229	(21.499)	(21.968)	2.116	(19.852)
ISS	39.2.11	(39)	39				
Encargos							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.257)		(2.257)	(2.138)		(2.138)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(22.378)		(22.378)	(14.531)		(14.531)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH					(63)		(63)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(905)		(905)	(880)		(880)
Outros encargos		(5.647)		(5.647)	(3.030)		(3.030)
Receita líquida		407.657	(182.129)	225.528	229.765	(13.128)	216.637
Custos não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda					(1)		(1)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição					(175)		(175)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		407.657	(182.129)	225.528	229.589	(13.128)	216.461
Custos gerenciáveis							
Pessoal e administradores	39.2.8	(51.403)		(51.403)	(47.015)	(1)	(47.016)
Material		(1.915)		(1.915)	(3.243)		(3.243)
Serviços de terceiros		(14.861)		(14.861)	(12.760)		(12.760)
Arrendamentos e aluguéis	39.2.9	(1.194)	(55)	(1.249)	(383)		(383)
Seguros		(291)		(291)	(1.142)		(1.142)
Doações, contribuições e subvenções		(134)		(134)			
Provisões	39.2.10	(3.482)	(1.380)	(4.862)	(28)		(28)
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos		(105)		(105)			
(-) Recuperação de despesas		21		21	592		592
Tributos		(936)		(936)	(1.297)		(1.297)
Depreciação e amortização	39.2.4	2.968	(36.853)	(33.885)	(6.034)	(33.146)	(39.180)
Gastos diversos	39.2.10	(1.856)	780	(1.076)	(1.420)		(1.420)
Custo com construção da infraestrutura	39.2.4	(101.442)	101.442		(21.913)	21.913	
Outras Receitas Operacionais	39.2.11		5.872	5.872	14.689	16.995	31.684
Outras Despesas Operacionais		(1.777)	600	(1.177)	(12.003)		(12.003)
Resultado da Atividade		231.250	(111.723)	119.527	137.632	(7.367)	130.265
Equivalência Patrimonial							
Resultado Financeiro		13.358	-	13.358	(7.525)	-	(7.525)
Receitas financeiras		24.071		24.071	9.198		9.198
Despesas financeiras		(10.713)		(10.713)	(16.723)		(16.723)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		244.608	(111.723)	132.885	136.632	(7.367)	129.265
Despesa com Impostos sobre o Lucro	39.1.11	(58.892)	38.675	(20.217)	(45.558)	17.222	(28.336)
Resultado líquido das operações em continuidade		185.716	(73.048)	112.668	91.074	9.855	100.929
Operações Descontinuadas							
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício Resultante de Operações Descontinuadas	39.1.3 e 39.1.6				18.772	(2.537)	16.235
Resultado Líquido do Exercício		185.716	(73.048)	112.668	109.846	7.318	117.164

A seguir são detalhadas a natureza e explicações das práticas contábeis divergentes:

39.2.1 Suprimento de energia elétrica

No âmbito regulatório foi reconhecido as receitas de transmissão e geração, enquanto que no âmbito societário o saldo apresentado refere-se, substancialmente, as receitas de transmissão devido a cisão (Nota 19).

39.2.2 Disponibilização do sistema de transmissão

No âmbito regulatório refere-se a receita anual permitida com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão.

39.2.3 Reajuste Tarifário Anual

Em 2022 a RAP da companhia foi homologada por meio da REH nº 3.067, de acordo com as regras de reajuste e revisão previstas nos contratos de concessão e na regulamentação setorial (PRORET), as quais estão sujeitas ao reajuste inflacionário. No âmbito societário é reconhecido e remensurado através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente.

39.2.4 Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura

No âmbito societário é reconhecida a receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

39.2.5 Remuneração dos Ativos da concessão

Refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1).

39.2.6 Receita de Operação e Manutenção (O&M)

No âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****39.2.7 Tributos**

O ajuste é decorrente de PIS e COFINS sobre a Receita de Construção e sobre a Remuneração dos Ativos da concessão (Notas 39.2.4 e 39.2.5).

39.2.8 Pessoal e administradores e gastos diversos

Conforme Despacho de encerramento ANNEL nº 4.356/17, no âmbito regulatório a rubrica de Gastos com estagiários foi reclassificada de Gastos Diversos para rubrica de Pessoal e Administradores. No âmbito societário, o montante não foi reclassificado.

39.2.9 Arrendamentos e aluguéis

A diferença entre o regulatório e o societário na linha de arrendamento, refere-se ao efeito redutor de PIS, COFINS e Depreciação de veículos, que encontra-se dentro do grupo de arrendamento no regulatório.

39.2.10 Provisões e gastos diversos

No âmbito societário a Provisão para Redução ao Valor Recuperável abrange o Grupo de Outras enquanto que na contabilidade regulatória a conta está alocada no Grupo de Provisões.

39.2.11 Receitas e outras receitas

As Receitas Não Vinculadas à Concessão no âmbito societário estão alocadas no grupo Grupo de Receita Líquida Operacional, já no regulatório está sendo apresentada no grupo de Grupo de Outras Receitas.

40 Eventos Subsequente**40.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor de O&M

Luiz Felipe Falcone de Souza
Diretor de Relações Institucionais

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Parcerias

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor de Obras, Reforços e Melhorias

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" GO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2022 - EDP Goiás

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da EDP Goiás para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A EDP Energias do Brasil

A EDP Energias do Brasil ("EDP Brasil" ou "Companhia") é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Comercialização, Transmissão e Serviços de Energia Elétrica em 15 estados brasileiros. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016. Considerando a data base de 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 7 projetos que totalizam aproximadamente 2,7 mil km de extensão nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e Goiás. A seguir apresentaremos as informações referente a EDP Goiás.

A EDP Goiás

O segmento de transmissão tem como principal atribuição prover serviços de transporte e transformação de energia elétrica, incluindo a construção, manutenção e operação de subestações destinadas a transmissão.

A EDP Goiás possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. A EDP Goiás possui três contratos de concessão, sendo o contrato 063/2001 com prazo até janeiro de 2043, o contrato 03/2015 com prazo até março de 2045 e o contrato 04/2016 com vigência até janeiro de 2046.

Este lote foi adquirido no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("leilão"), realizado na forma do edital ("edital") CelgPar nº 02/2021, para alienação de 99,99% das ações da Celg Transmissão S.A., atual EDP Goiás, pertencentes à Companhia Celg de Participações – CelgPar, pelo montante de R\$ 2,1 bilhões.

Receita Anual Permitida

O contrato de Concessão nº 063/2001, prorrogado nos termos da Lei 12.783/2013, a RAP da Companhia passou a ser de R\$ 258 milhões, sendo o valor de R\$ 34,1 milhões referente ao Componente Financeiro e R\$ 52,7 milhões referente ao Componente Econômico dos ativos de transmissão indenizados nos termos da Portaria MME 120/2016, R\$ 70 milhões referente aos custos de Operação e Manutenção (Custos Operacionais) e R\$ 103,2 milhões relativos aos novos empreendimentos de transmissão.

Já os contratos de Concessão nº 003/2015 e 004/2016 estabelecem que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$ 1,6 milhões e R\$ 17,5 milhões, respectivamente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$ 289 milhões para os contratos de concessão 063/2001, 003/2015 e 004/2016.

Reforços e Melhorias

A EDP Goiás tem realizado investimentos em reforços e melhoria, conforme o plano de negócios estruturado, desde a conclusão de sua aquisição em fevereiro. Esses investimentos estão relacionados a projetos que envolvem substituição de ativos, com vida útil regulatória totalmente depreciados, além de trocas de transformadores para aumento de potência. A EDP Goiás espera alcançar maior eficiência na operação, refletindo na melhora de seus indicadores operacionais. Ao longo do ano de 2022 foi realizado o projeto de ampliação da capacidade de transformação da SE Itapaci, energizado em dezembro de 2022 e em janeiro de 2023 foi emitido o Termo de

Liberação, referente a Resolução Autorizativa ANEEL - Nº 8614/2020, que resulta em RAP adicional de R\$ 12,2 milhões, à partir de fevereiro de 2023.

Endividamento

Para a aquisição da EDP Goiás (Antiga CELG-T) a EDP Energias do Brasil realizou 3 captações de dívida, com custo médio ponderado de CDI + 1,17% a.a. e prazo de 2 anos, sendo duas via Lei 4131, uma de R\$ 850 milhões e uma de R\$ 350 milhões, e uma emissão de debêntures institucionais no valor de R\$ 700 milhões. Todas essas dívidas foram através de sua subsidiária PCH Santa Leopoldina.

O total da dívida bruta da EDP Goiás é de R\$ 86 milhões, referente aos contratos de empréstimos via Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil.

Auditores independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), em março de 2018, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2022.

A KPMG não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas e qualitativas, não financeiras.

Em 2022, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP – Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da EDP Goiás. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional,

extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Goiás.

A Administração.

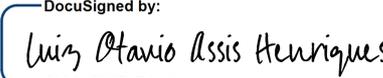


TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

São Paulo, 25 de abril de 2023.

Outorgada: EDP Transmissão Goiás S.A.

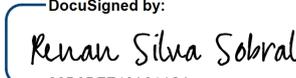
DocuSigned by:

F08C0586E1D6469...
Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente
CPF: 024.750.768-69

DocuSigned by:

9EE3A05A411C4F2...
Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
CPF: 326.356.918-00

DocuSigned by:

C4AFA043BDC94AE...
Luiz Felipe Falcone de Souza
Diretor de Relações Institucionais
CPF: 221.270.568-92

DocuSigned by:

30D9DFE46A014CA...
Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador-CRC-1SP-271964/O-6 "S" GO
CPF: 334.471.898-35

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
EDP Transmissão Goiás S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da EDP Transmissão Goiás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da EDP Transmissão Goiás S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Transmissão Goiás S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a EDP Transmissão Goiás S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A EDP Transmissão Goiás S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em 27 de fevereiro de 2023, sem modificação.

Demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado regulatório, do resultado abrangente regulatório, das mutações do patrimônio líquido regulatórias e dos fluxos de caixa regulatório e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 02 de maio de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Fukumori'.

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2